

Formação continuada, para quê? Desafios à inclusão de estudantes com deficiências em uma escola municipal de Duque de Caxias/RJ

Continued training, why? Challenges to the inclusion of students with disabilities in a municipal school in Duque de Caxias/RJ

Silvana Alves de Andrade¹, Allan Rocha Damasceno²

Como citar esse artigo. ALVES DE ANDRADE, S. DAMASCENO, A. R. Formação continuada, para quê? Desafios à inclusão de estudantes com deficiências em uma escola municipal de Duque de Caxias/RJ. *Mosaico - Revista Multidisciplinar de Humanidades*, Vassouras, v. 15, n. 1, p. 159-167, jan./abr. 2024.

Resumo

Discutir os impactos que a formação continuada para docentes, ou sua inexistência/incompletude, podem ocasionar para o processo de inclusão dos alunos público da Educação Especial. Os procedimentos metodológicos utilizados foram a análise documental de uma escola pública municipal de Duque de Caxias. Os resultados dessa pesquisa revelaram que a formação continuada docente tem sido realizada, em grande parte, por iniciativas particulares dos professores e fora de seu horário de trabalho remunerado. Apesar de considerar o esforço dos professores louvável, essa realidade demonstra que não há políticas públicas estruturadas que garantam a formação continuada de professores preconizada na legislação em vigor. As condições de trabalho dos docentes estão precarizadas e exigem destes sacrifícios demasiadamente grandes para alcançar a formação necessária para promover práticas pedagógicas inclusivas.

Palavras-chave: Inclusão; FormaçãoContinuada; TrabalhoDocente.



Nota da Editora. Os artigos publicados na Revista Mosaico são de responsabilidade de seus autores. As informações neles contidas, bem como as opiniões emitidas, não representam pontos de vista da Universidade de Vassouras ou de suas Revistas.

Abstract

Discuss the impacts that continuing education for teachers, or its inexistence/incompleteness, can cause for the process of inclusion of public Special Education students. The methodological procedures used were the document analysis of a municipal public school in Duque de Caxias. The results of this research revealed that continuing teacher education has been carried out, to a large extent, by private initiatives by teachers and outside their paid work hours. Despite considering the teachers' efforts commendable, this reality demonstrates that there are no structured public policies that guarantee the continuing education of teachers recommended in the legislation in force. The teachers' working conditions are precarious and demand these sacrifices too great to achieve the necessary training to promote inclusive pedagogical practices.

Keywords: Inclusion; Continuing Education; Teaching Work.

Introdução

Este trabalho pretende abordar os desafios da formação continuada de professores numa perspectiva inclusiva da Educação Especial, que tem sido interpretada, com grande frequência, como um apêndice

Afiliação dos autores:

¹Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Pesquisadora do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação, Diversidade e Inclusão (LEPEDI), Seropédica, Rio de Janeiro, Brasil.

²Doutor em Educação. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares e Educação Agrícola, ambos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Coordenador do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação, Diversidade e Inclusão (LEPEDI/CNPq), Seropédica, Rio de Janeiro, Brasil.

Email de correspondência: silvanaandrade@ufrj.br

Recebido em: 28/08/2023. Aceito em: 25/04/2024.

indesejável, tendo um sentido de assistência às pessoas com deficiência e não o de educação, parecendo ser obra de alguns poucos abnegados, como relata Mazzotta (2005). Uma das hipóteses para essa interpretação errônea da Educação Especial pode ser o fato do direito à educação e o respeito à cidadania das pessoas com deficiência ser algo, historicamente, recente na sociedade brasileira (DAMASCENO, 2020); apenas a partir da década de 1990 presenciamos um considerável crescimento da legislação internacional que assegurava o acesso e a permanência de todos os estudantes na escola, havendo então o surgimento da preocupação com políticas educacionais mais inclusivas no Brasil. Segundo Costa (2003, 2014), estamos vivenciando o crescimento de uma demanda por uma sociedade inclusiva, um momento favorável à inclusão, algo completamente novo no país, e que não podemos desconsiderar.

O presente trabalho justifica-se na medida em que é na escola que podemos observar as dificuldades encontradas para que a inclusão dos estudantes com deficiências efetive-se; como a inexistência ou incompletude das formações continuadas oferecidas aos professores e aos demais profissionais da educação refletem negativamente na prática pedagógica, atuando inclusive como obstáculo à inclusão, realizando o embate ao invés de debate (MAZZOTTA; D'ANTINO, 2011). Dentre os documentos internacionais que evidenciaram uma necessidade premente de inclusão destaca-se a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) que propõe que todos os alunos aprendam juntos, independente de ter ou não algum tipo de deficiência, revelando a necessidade de que a escola modifique suas práticas para atender a todos. Não obstante a própria Declaração traz também a necessidade de formação continuada dos docentes que atenderão essa diversidade de alunos, entre eles, o público-alvo da Educação Especial. A Declaração reconhece as dificuldades das condições de trabalho dos professores e por isso mesmo recomenda que a formação seja realizada em serviço, preferencialmente na própria escola, local em que o docente passa a maior parte do seu tempo.

O objetivo geral dessa pesquisa foi caracterizar as políticas públicas de educação quanto à oferta de formação continuada que aborde à inclusão dos estudantes público-alvo da Educação Especial no município de Duque de Caxias; como objetivos específicos, buscamos caracterizar as experiências dos professores do ensino regular com a inclusão dos estudantes público-alvo da Educação Especial na Escola lócus do estudo; caracterizar as experiências no âmbito da formação docente continuada no lócus do estudo e sua relação com o processo de inclusão dos estudantes público-alvo da Educação Especial; e identificar as causas de precarização da formação docente continuada (SILVA, 2017) e como isso impede a potencialização de práticas inclusivas na escola pesquisada.

O presente artigo origina-se de pesquisa documental realizada numa unidade escolar, que atende cerca de seiscentos alunos, matriculados na Educação Infantil, nos Anos Iniciais e/ou nos Anos Finais do Ensino Fundamental ou da Educação de Jovens e Adultos; a escola localiza-se do segundo distrito da rede municipal em Duque de Caxias/RJ; a pesquisa documental abrangeu pareceres, ofícios, convites, deliberações e documentos emitidos pela Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias (SME), durante o ano de 2022, e o Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola em questão. Essa pesquisa foi realizada a partir da análise das diretrizes contidas na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) em sua interface com a literatura especializada sobre a Formação Docente Continuada, que está prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96). O Município de Duque de Caxias, onde atuam os profissionais que participaram do estudo, está inserido na Baixada Fluminense, que tem aproximadamente quatro milhões de habitantes e é composta por treze municípios (IBGE, 2015), no Estado do Rio de Janeiro. A realidade social dessa região é marcada por baixos índices de desenvolvimento humano (IDH), evasão escolar elevada e altos índices de violência urbana (PLETSCH, 2016).

É imprescindível que os professores, mesmo após sua formação inicial, continuem estudando, se atualizando e aprendendo; tais aprendizagens devem se dar através da participação em cursos, palestras e em todo o tipo de formação ocorridas preferencialmente em serviço, o que poderá promover profundas mudanças em sua prática didático-pedagógica e assim favorecer a inclusão de minorias históricas, as quais por muito tempo não tiveram acesso à escola, entendendo que o próprio trabalho com a diversidade

pode ser uma oportunidade de aprendizagem. Segundo Damasceno (2020), a diferença dos estudantes pode ser estímulo para os professores desenvolverem novos métodos/estratégias/meios de ensino para permitir a aprendizagem de todos. Reitera Pletsch (2020, p.68) “A diferença potencializa as possibilidades humanas”.

O município de Duque de Caxias, onde a pesquisa foi realizada, traz em seu Regimento Escolar (2006) a necessidade dos docentes manterem-se atualizados, sendo esta uma das atribuições do professor. Apesar da atribuição exigida, a Rede Municipal Caxiense tem recebido duras críticas de seu professorado e do Sindicato que representa essa categoria, uma vez que a formação continuada realizada nas unidades escolares através de Grupos de Estudos passou de quinzenal a bimestral, nas últimas décadas. A hipótese inicial desta pesquisa era a de que um dos fatores que dificultariam o processo de inclusão dos estudantes público-alvo da Educação Especial no ensino regular é a inconsistente formação continuada dos professores em serviço, uma vez que a maioria trabalha em dois ou três turnos, com carga horária semanal de 40 horas ou mais, não tendo tempo para realizar formações fora de seu horário de trabalho. Sem formar seus professores a escola não se tornará inclusiva (GLAT; BLANCO, 2015). É necessário que os profissionais da educação sejam formados continuamente e não apenas instrumentalizados pedagogicamente para criticar a segregação/exclusão (DAMASCENO; CRUZ, 2021), mas para pensar meios de acolher, incluir e aprender com a diversidade que inevitavelmente chega à escola, principalmente à escola pública.

Os principais autores consultados sobre as questões referentes à Inclusão em Educação foram: Allan Rocha Damasceno, Marcos Mazzotta, Rosana Glat e Valdelúcia Alves da Costa; sobre as questões referentes à Precarização do Trabalho Docente a principal autora consultada foi: Virgínia Fontes.

A Precariedade da Formação Docente Continuada – um desafio a mais para a inclusão escolar

A Escola Municipal Lócus dessa pesquisa está situada no bairro Figueira, 2º. Distrito do município de Duque de Caxias, município da Baixada Fluminense no Estado do Rio de Janeiro. Os procedimentos metodológicos utilizados foram a análise documental. Foram analisados documentos como ofícios sobre cursos, palestras ou outros tipos de formações no horário de serviço ou fora dele; convites enviados pela SME para participação em eventos e/ou cursos; tabelas e quadros com dados sobre alunos com deficiência matriculados na unidade escolar; Censo Escolar de 2022; Quadro de Estatísticas da unidade escolar; e Projeto Político Pedagógico da unidade escolar (2022). Essa documentação foi da maior importância para analisar o tipo de formação continuada disponibilizada aos professores da rede municipal, como são oferecidas aos professores (dentro ou fora do horário de trabalho), possibilitando ainda a análise da presença ou ausência de formações que abordam a educação numa perspectiva inclusiva.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) da unidade escolar foi analisado, uma vez que é necessário entender o que a escola pensa e propõe sobre práticas pedagógicas inclusivas e como tem oferecido suporte, através da formação continuada, para que seus professores coloquem em ação o que foi pensado e escrito no PPP. “A Educação Especial é parte integrante da proposta pedagógica da escola comum/regular” (DAMASCENO, 2020, p. 73).

A escola possui 55 professores; 02 da Educação Infantil, 11 dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, 05 da Educação Especial, 02 de atividades extraclasse (Sala de Leitura e Informática Educativa) e 35 dos Anos Finais, lecionando nas disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências, Arte, Educação Física e Língua Inglesa.

No período da pesquisa a escola possuía, segundo informações do Censo Escolar (2022), 618 alunos matriculados no Ensino Regular e 14 alunos matriculados em Classes Especiais (07 na Turma de Deficientes Intelectuais e 07 na Turma de Surdos), dos 618 alunos das classes regulares, 26 frequentavam o Atendimento Educacional Especializado, na Sala de Recursos Multifuncionais no contraturno, por se

constituírem em público-alvo da Educação Especial.

Quadro 1. Distribuição dos alunos com deficiência por Etapa ou Ano de Escolaridade .

Etapa ou Ano de Escolaridade	Nº de alunos com deficiência	Tipos de deficiência dos alunos
Educação Infantil - Turma de 4 anos	00	–
Educação Infantil - Turma de 5 anos	01	Transtorno do Espectro Autista
1º ano do Ensino Fundamental	02	Deficiência Intelectual (01) + Transtorno do Espectro Autista (01)
2º ano do Ensino Fundamental	00	–
3º ano do Ensino Fundamental	01	Deficiência Intelectual
4º ano do Ensino Fundamental	05	Deficiência Intelectual (03) + Transtorno do Espectro Autista (02)
5º ano do Ensino Fundamental	04	Deficiência Intelectual (02) + Transtorno do Espectro Autista (02)
6º ano do Ensino Fundamental - Anos Finais	05	Deficiência Intelectual (03) + Deficiências Múltiplas (01) + Transtorno do Espectro Autista (01)
7º ano do Ensino Fundamental - Anos Finais	04	Deficiência Intelectual (02) + Transtorno do Espectro Autista (01) + Transtorno do Espectro Autista e Baixa Visão (01)
8º ano do Ensino Fundamental - Anos Finais	02	Deficiência Intelectual (01) + Transtorno do Espectro Autista (01)
9º ano do Ensino Fundamental - Anos Finais	02	Deficiência Intelectual (01) + Transtorno do Espectro Autista (01)

De acordo com a documentação consultada e a Equipe Técnico-Pedagógica da unidade escolar, há ainda 11 alunos em processo de avaliação de acordo com a Nota Técnica Nº 04/ 2014/ MEC/SECADI/DPEE do MEC¹ e o PPP da unidade escolar. Essa avaliação apontará se há necessidade de matrícula desses alunos no Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Após análise das formações oferecidas pela Secretaria Municipal de Educação, constatou-se que foram oferecidas 69 (sessenta e nove) atividades formativas durante o ano de 2022, no entanto, apenas 9 (13%) estão relacionadas à temática Educação Especial, conforme explicita a tabela a seguir:

1 De acordo com esse documento, a exigência de diagnóstico clínico dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, para declará-lo, público alvo da educação especial e, por conseguinte, garantir-lhes o atendimento de suas especificidades educacionais, denotaria imposição de barreiras ao seu acesso aos sistemas de ensino, configurando-se em discriminação e cerceamento de direito. A avaliação, no município de Duque de Caxias, poderá ser feita pela Equipe Técnico-Pedagógica e professores, juntamente com a família do aluno, através de entrevistas. Cada caso será analisado individualmente pela Coordenadoria de Educação Especial da SME-Duque de Caxias que autorizará ou não a matrícula do aluno no Atendimento Educacional Especializado.

Quadro 2. Formações sobre Educação Especial oferecidas pela SME em 2022.

Tipo de Atividade Formativa	Público-alvo	Data	Tema	Ofício
Roda de Conversa	Professores do AEE e das Classes Especiais (mediante envio de relato de experiência exitosa com 10 linhas)	22/09/2022 - presencial	Roda de Conversa Temática 2022 (temas variados)	Of. 2189/GS/SME/2022
Roda de Conversa	Professores das Classes Especiais de Deficientes Intelectuais (DI) e Deficiências Múltiplas (DMU)	02 /09/2022(DI) - presencial e 09/09/2022 (DMU)- presencial	Reflexão sobre a prática docente nas Classes Especiais de DI e DMU: Desafios e Possibilidades	Of. 2185/GS/SME/2022
Curso	Todos os professores da Unidade Escolar	31/05, 23 e 30/06/2022 - presencial	Autismo e Comportamento: Desafios e Caminhos para Incluir	Of. 1229 e Of. 1418/GS/SME/2022
Ciclo de Lives	Todos os professores da Unidade Escolar	28/04/2022 - Remoto	Autismo em foco: família, educação e inclusão	Of. 765/GS/SME/2022
Encontro Formativo	Agentes de Apoio à Inclusão I e II	12 OU 13/04/2022 - Presencial	I Encontro Formativo de Agentes de Apoio à Inclusão	Of. 714/GS/SME/2022
Curso	Toda a comunidade escolar (funcionários, professores, Pais e Responsáveis, Alunos dos Anos Finais ou da EJA	1 vez por semana (40h) - Nível 1 e Nível 2 (para quem já cursou o Nível 1) - presencial	Curso de LIBRAS	Of. 707/GS/SME/2022
Encontro Formativo	Professores do AEE, Professores da Classe de Autismo e 01 Professor Especialista (OP ou OE)	24/05/2022 - Presencial	Autismo e Comportamento	Of. 1107/GS/SME/2022
Curso de Especialização (parceria com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro)	Todos os profissionais da Unidade Escolar poderiam participar do Processo Seletivo estando a participação sujeita à classificação e número de vagas.	Entre abril de 2022 e abril de 2023 – Semipresencial	Especialização em Educação Especial e Inovação Tecnológica (Lato Sensu)	Of. 307/GS/SME/2022
Palestra (parceria com a OAB/DC)	Todos os professores da unidade escolar	12/07/2022 - Presencial	Superação e Inclusão	Convite
² Mesa de Discussão (Mesa 4)	Todos os professores da unidade escolar	26/10/2022 - Remoto	Currículos, Práticas e Aprendizagens na Educação Especial	Of. 2508/GS/SME/2022

2 A atividade Mesa de Discussão (Mesa 4) realizou-se durante o Seminário de Educação realizado entre os dias 24 e 27 de outubro; o seminário envolveu várias atividades com outros temas pertinentes, não sendo exclusivo para a discussão de questões que envolvem a Educação Especial.

Os tipos de formação continuada oferecidos pela SME-DC, no ano de 2022, voltados para a Educação Especial estão divididos em: 02 Rodas de Conversa, 02 Cursos, 02 Encontros Formativos, 01 Especialização, 01 Ciclo de Lives e 01 Palestra; dentre essas formações, 02 eram destinadas apenas aos professores da Educação Especial, que atuam no atendimento exclusivo de alunos com deficiência (professores de Classes Especiais ou professores do AEE). Uma dessas formações era exclusiva para Agentes de Apoio à Inclusão (AAI) que, apesar de atuarem na escola acompanhando alunos com deficiência, não são necessariamente professores; os AAI dividem-se em I e II; entende-se como AAI 1 estagiários do curso Normal ou de Pedagogia e AAI II os Técnicos de Enfermagem formados ou estudantes desse curso em período de estágio. Também foi possível constatar que uma dessas formações era exclusiva para Professores da Educação Especial (AEE e Classe de Autismo) e aberta aos Orientadores Pedagógico ou Educacional, desde que apenas um desses profissionais de cada escola participasse, não havendo menção ao critério de escolha, caso mais de um dos profissionais se interessasse. Não estando aberta à participação dos demais professores.

Ainda se apreende do quadro anterior que uma das formações, apesar de destinar-se a todos os professores, tinha requisitos para sua participação, submetendo os interessados a um processo seletivo com número de vagas definido em edital. Essa formação era uma especialização, que tinha como requisito o Nível Superior Completo e foi ofertada em parceria com a UFRRJ e CECIERJ.

Dentre as nove formações continuadas apresentadas na tabela (excetua-se a Mesa de Discussão), o ofício que trata do Curso de Libras era o único que especificava que este deveria ser realizado exclusivamente fora do horário de trabalho, em contrapartida, o ofício que tratava do Encontro Formativo para Agentes de Apoio à Inclusão também era o único que especificava que este deveria ser realizado durante o horário de trabalho, em um dos dois dias oferecidos e que caberia à escola organizar-se para não haver prejuízo pedagógico aos discentes atendidos pelo profissional em curso. Reitera-se que neste período a escola pesquisada contava apenas com um desses profissionais. Os ofícios das demais formações não apresentavam descrição quanto à possibilidade de ser ou não realizada durante o horário de trabalho dos profissionais. Nesses casos, segundo a Equipe Diretiva da unidade pesquisada, cabe ao Gestor definir se o profissional será liberado durante o horário de trabalho para realizar o curso/formação ou não.

A SME também ofereceu um Seminário de Educação com o tema “Diálogos Docentes: Currículos, Práticas e Aprendizagens”, realizado no período de 24 a 27 de outubro de 2022. Uma das atividades do Seminário foi realizada de forma remota, a Mesa 4, abordando o tema: Currículos, Práticas e Aprendizagens na Educação Especial, sua transmissão se deu pela plataforma do YouTube, de acordo com o Ofício 2508/GS/SME/2022 e ficou disponível para acesso posterior por seus interessados.

Das 9 formações apresentadas, apenas 3 (ou seja, $\frac{1}{3}$) foram disponibilizadas a todos os professores (independente de lecionarem nas classes especiais ou no AEE), sem exigir qualquer requisito prévio para participação (processo seletivo) e com possibilidade de ser realizado dentro do horário de trabalho (caso o Gestor da Unidade entendesse que não haveria prejuízo pedagógico para os alunos e garantisse o dia letivo desses).

São números bastante preocupantes; num total de 69 formações anuais, apenas 9 tratam da Educação Especial e apenas 3 são oferecidas a todos os professores, sem requisitos prévios para a participação; nenhuma dessas 3 formações foi ofertada obrigatoriamente dentro do horário de trabalho, mas todas ficaram a critério da discricionariedade do Gestor da unidade escolar.

Quanto à análise do PPP da unidade escolar, constatou-se que

- A formação continuada é realizada através de Grupos de Estudos locais e encontros oferecidos pela SME;
- Os Grupos de Estudos (GEs) acontecem bimestralmente, durante 4 horas e a unidade escolar escolhe o tema a ser estudado com o corpo docente. Estes encontros são previstos no Calendário Escolar Anual, emitido para as unidades escolares de todo o município e elaborado pela SME;

os GEs podem ser ministrados pela Equipe Técnico-Pedagógica, por professor lotado na unidade ou por outro profissional convidado pela Comunidade Escolar que realize a atividade de forma voluntária e gratuita, uma vez que a escola não conta com recursos financeiros para este fim;

- A unidade escolar realizou 4 Grupos de Estudos no ano de 2022. Destes, apenas 1 teve como tema a Educação Especial e/ou inclusão (Cultura Surda na Escola);
- Nem todos os professores da unidade escolar participaram, uma vez que o Grupo de Estudos foi realizado numa quinta-feira e, nesse dia, alguns dos professores não trabalham na unidade escolar.
- Não há previsão no Calendário Escolar, instituído por meio de Resolução, para outros encontros de formação continuada a serem realizados na escola.

Quanto aos levantamentos realizados, foi possível constatar que todos os professores da unidade escolar atendem ao menos um aluno com deficiência, matriculado no ensino regular e no AEE.

Considerações finais

Este artigo buscou compreender o processo de inclusão dos alunos com deficiência, considerando como a formação continuada precarizada dos professores influencia negativamente nesse processo. Segundo Damasceno (2020, p. 276), a formação possível dos professores não vem oportunizando a experimentação, a autonomia, a conscientização e a reflexão sobre sua prática docente.

Os resultados sinalizaram duas questões principais. A primeira refere-se à insuficiente oferta de formação em serviço oferecida tanto pela unidade escolar quanto pela rede de ensino municipal pesquisadas, que aborde a Educação Especial, seu público-alvo, os processos inclusivos necessários para permanência desses estudantes na escola de maneira efetiva, entre outras tantas questões que os acompanham. A formação continuada dos professores sobre Educação Especial ainda se dá de forma subjetiva e por iniciativa própria, sendo realizada majoritariamente fora do horário de trabalho remunerado. É relevante lembrar que, segundo Ropoli *et al.* (2010) não se desconsideram aqui os esforços de pessoas bem intencionadas, mas é preciso ficar claro que os desafios da mudança devem ser assumidos e decididos pelo coletivo escolar, aliados a políticas públicas que garantam a inclusão escolar e social.

É imperioso pensar que a maioria dos professores brasileiros trabalha durante todo o dia (40h ou mais semanalmente), ou seja, estão totalmente disponíveis, durante a maior parte do tempo, aos seus empregadores, para realizar as tarefas ('trabalho') que lhes forem designados, como nos adverte Fontes (2017) e, ainda assim, precisam participar de formações em momentos que deveriam ser destinados ao descanso. Não basta o "bloqueio que o emprego impõe aos inúmeros outros afazeres e possibilidades da existência (o acompanhamento dos filhos, o esporte, a cultura, o lazer, as viagens etc.)" (FONTES, 2017, p. 49), os docentes ainda necessitam buscar a formação continuada de que precisam fora do horário de trabalho remunerado.

Destacamos também, como segunda questão, o fato de não ser garantida ao corpo docente, de forma oficializada (declarada nos documentos que tratam dessas formações - ofícios, convites etc.) a participação nas poucas formações oferecidas sobre Educação Especial em seu horário de trabalho. A permissão ou não para essas formações fica a critério do Gestor da Unidade Escolar, o que faz com que a importância da formação continuada durante o período do trabalho docente seja uma consideração individual de cada gestor. Essa forma de oferecer formações continuadas aos professores nos parece temerosa, uma vez que a decisão de que se são ou não essenciais é delegada a terceiros, por critérios subjetivos. O professor conhece melhor do que qualquer especialista em educação as suas dificuldades em sala de aula, portanto a decisão de participar ou não de uma formação caberia ao próprio profissional. Se a própria legislação federal e municipal traz a formação continuada como atribuição do professor, as redes de ensino deveriam garantir e estimular esse engajamento e não criar critérios subjetivos para a participação nas poucas formações que são oferecidas.

A ausência da formação continuada revela-se como um instrumento de exclusão nesse contexto analisado, uma vez que dificulta o planejamento de uma proposta de ensino por parte dos professores que alcance a todos, alunos com e sem deficiência.

É importante ter em mente que não há neutralidade nos processos educacionais. Como bem declara Damasceno (2020) os processos de exclusão que se manifestam também na ausência/escassez de propostas inclusivas nas organizações escolares não são neutros. O aluno com deficiência não poderá sob quaisquer circunstâncias ser culpabilizado pelas dificuldades de aprendizagem que podem se revelar em sua escolarização, uma vez que o próprio docente sente dificuldade para planejar e efetuar ações de ensino para esse público.

Referências

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 29 ago, 2023.
- BRASIL. **Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 20 ago. 2023.
- BRASIL. **Lei 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, DF, 31 de dez.1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 30 ago. 2023.
- BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2023.
- BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial**. Série Livro. Brasília, DF: MEC/SEESP, 1994.
- COSTA, V. A. Políticas Públicas de formação de professores: questões acerca da inclusão escolar, educação e diversidade. Cadernos de Ensaios e Pesquisas. Niterói, ano 4, n. 9. Jul. 2003/ jul. 2004. p. 57-63.
- COSTA, V. A. Educação e Formação: Inclusão na Escola Pública. Revista Entreideias: educação, cultura e sociedade, [S. l.], v. 4, n. 1, jan./jun - 2014. p. 51-70.
- DAMASCENO, A. R. Educação Inclusiva e a Organização da Escola - Perspectivas Críticas e desafios políticos do projeto pedagógico. Curitiba, Editora CRV, 2020.
- DAMASCENO, A. R.; CRUZ, I. D. Inclusão em Educação e a Formação de Professores em Perspectiva; Entre velhos dilemas e desafios contemporâneos. Revista de Estudos em Educação e Diversidade - REED, [S. l.], v. 2, n. 3. 2021. p. 71-88.
- DUQUE DE CAXIAS (Município). Avaliação inicial do aluno com deficiência. Coordenadoria de Educação Especial. Duque de Caxias, 2016.
- DUQUE DE CAXIAS (Município). Regimento Escolar de Duque de Caxias. Duque de Caxias, 2006. Disponível em: <https://sepecaxias.org.br/regimento-escolar>. Acesso em 25 ago. 2023.
- FONTES, V. Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho. Revista Marx e Marxismo, vol. 05, n. 08. Jan./jun-2017. p. 45-65.
- GLAT, R.; BLANCO, L. de M. V. Educação Especial no contexto de uma educação inclusiva. In: GLAT, R. (Org.). Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: Sette Letras, 2015. p. 15-23.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Brasileiro de 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.
- INEP. Notas estatísticas Censo Escolar. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2015/notas_estatisticas_censo_escolar_2015.pdf. Acesso em: 15 nov. 2022.
- MAZZOTTA, M.J.S; D'ANTINO, M.W.F. Inclusão Social de Pessoas com Deficiências e Necessidades Especiais: cultura, educação e lazer. Revista Sociedade e Saúde. São Paulo, v.20, n.2. 2011. p. 377-389.
- MAZZOTTA, M.J.S. Educação Especial no Brasil - História e Políticas Públicas. 5 ed. São Paulo, Cortez: 2005.
- PLETSCH, M. D. Educação Especial e inclusão escolar nos planos municipais de Educação da Baixada Fluminense:

Avanços, contradições e perspectivas. Revista Comunicações. Piracicaba, v. 23, n. 3. 2016. p. 81-95.

PLETSCH, M. D. O que há de especial na Educação Especial brasileira? Revista Momento - Diálogos em Educação, [S. l.], v. 29, n. 1. 2020. p. 57–70.

ROPOLI, E. A. et al. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar : a escola comum inclusiva. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza] : Universidade Federal do Ceará. v. 1. 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/43213>. Acesso em: 30 ago. 2023.

SILVA, Amanda Moreira da. 2017. Melhores Condições de Trabalho como Premissa para profissionalização docente. E-Mosaicos Revista Multidisciplinar de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (Cap-Uerj), vol. 6, n. 12.

UNESCO, Declaração de Salamanca: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2023.